

Sistema precário

DIVULGAÇÃO DA CLDF

Comissão da CLDF denuncia problemas no tratamento de saúde mental

ISABEL VILELA

Enquanto em todo o mundo o tratamento psiquiátrico passa por uma ampla reforma, no Distrito Federal o atendimento aos pacientes com transtornos mentais ainda é precário e insuficiente. De acordo com o *ranking* do Ministério da Saúde, a capital do país tem o segundo pior desempenho de adequação à reforma psiquiátrica, a frente apenas do Estado do Amazonas.

Motivada por denúncias de superlotação, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa visitou ontem a ala psiquiátrica do Hospital de Base do Distrito Federal e flagrou, além do atendimento acima da capacidade dos leitos, um aparelho de tomografia estragado e internações mais longas que o previsto.

Na manhã de ontem, havia 36 pacientes na emergência geral do hospital, que tem capacidade para 22 enfermos. Segundo as denúncias que motivaram a inspeção, este número já chegou a 70. Na emergência e no ambulatório psiquiátricos, um dos maiores



Deputada Érika Kokay (PT) visitou ala psiquiátrica do Hospital de Base e flagrou descasos

problemas é o alongamento do tempo de permanência dos pacientes. Atendimentos emergenciais que deveriam durar dois ou três dias, às vezes, se estendem por meses. Para a presidente da comissão, deputada Érika Kokay (PT), a situação ocorre porque no Distrito Federal não há uma rede de atenção à saúde mental. Segundo ela, o atendimento no Hospital de Base deveria se destinar àqueles pacientes com outras patologias, além do transtorno mental, mas como o único hospital psiquiátrico público do DF - Hospital São Vicente de Paula (HPAP) - não consegue

atender a demanda, o HB acaba atendendo também pacientes exclusivamente com transtornos mentais.

O Hospital São Vicente de Paula tem 126 leitos, mas segundo o diretor administrativo, Fábio Suiza, tem atendido o mínimo possível devido a uma reforma pela qual passa o prédio e que provocou o isolamento de metade do hospital. Mesmo com a capacidade máxima de atendimento, não é possível suprir toda a necessidade da população. "O problema do DF é que estamos atrasados em relação à reforma psiquiátrica. Nossa rede de CAPS é muito pequena, não

temos as unidades menores, mais humanizadas e que possibilitem a interação com a família. Não tem como um único local atender toda a demanda", avalia.

De acordo com o Plano Diretor para a Saúde Mental, aprovado em 1995 pela Câmara Legislativa, todos os Hospitais Regionais deveriam ter atendimento psiquiátrico, o que há seis meses não ocorre no Hospital de Planaltina, por exemplo. Além disso, deveriam existir os atendimentos substitutivos, propostos pela reforma psiquiátrica, que incluem os Centro de Atenção Psicossocial

(CAPS), hospitais-Dia e o serviço residencial terapêutico. Em todo o DF existem apenas seis CAPS.

Para o professor do Instituto de Psicologia da UnB e coordenador do Grupo de Intervenção Precoce nas Psicoses e do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (Caep), Ilênio Izídio, é preciso enfrentar uma grande batalha. "O Distrito Federal tem uma das piores coberturas da saúde mental, não temos um atendimento de acordo com a reforma psiquiátrica. Precisamos tirar o atendimento dos hospitais e colocar os pacientes em centros mais humanizados e menos excludentes", analisa o professor.

Segundo a deputada Érika Kokay, a visita de ontem ao Hospital de Base faz parte de uma série de inspeções realizadas pela Comissão de Direitos Humanos para a elaboração de um relatório com o diagnóstico da situação da saúde mental no DF. O documento deve ficar pronto até o começo do ano que vem e irá apresentar soluções para os problemas encontrados. "Vamos encaminhar ao Ministério da Saúde e ao Governo do Distrito Federal. Tem que ter um esforço e vontade política para melhorar o quadro. Tem que implantar a reforma. Parece que a saúde mental não existe no DF, é invisível a atenção que se dá a ela", conclui a deputada.